



# Economia melhora, indústria piora

► **O valor das exportações industriais cresceu 15% ao ano entre 1967 e 1980, mas desde então decresce 1,2%**

**D**esde 2003 o Banco Mundial publica anualmente o seu interessante *Doing Business*, no qual analisa 11 áreas de regulação das atividades econômicas dos países. Isso os estimula, pela comparação de indicadores razoavelmente objetivos, a melhorar suas administrações. Acaba de ser publicado o relatório referente a 2019, com observações feitas de 2 de julho de 2017 a 1º de maio de 2018.

No geral, a posição da economia brasileira continua muito mal, com o posto 109º entre os 190 países analisados. A boa notícia é que, graças às medidas tomadas pelo governo Temer, o País avançou 16 posições com relação aos números do relatório anterior, onde ocupava a posição 125º, com os mesmos 190 países. Passou do 7º para o 6º decil da distribuição. Muito distante, ainda, do México (54º) e do Chile (56º), que pioraram ligeiramente. Com relação aos BRICS, nossa posição é vexatória: Rússia (31º), China (46º), Índia (77º), África do Sul (82º), Brasil (109º)! Nosso pior desempenho continua nos problemas para satisfazer os compromissos tributários. Nosso ranque é 184º, com uma estimativa de 1.958 horas gastas por ano

para satisfazê-lo. Esse número é contestado pelo ilustre secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, que estima que com os avanços recentes ela é de, aproximadamente, 600 horas. Se isso se confirmar, o que é provável, dada a qualidade daquela instituição, o avanço do Brasil de Temer no *Doing Business* terá sido ainda maior, o que se verá em 2019.

Agora, terminada a eleição, é preciso aceitar os seus resultados e conformar-se. Ao vencedor caberá o exercício do governo de 2019 a 2022. Enquanto ele respeitar os Princípios Fundamentais e garantir os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos da Constituição de 1988, deve merecer um voto de confiança de todos os cidadãos.

**O que se espera dele** é que priorize as linhas mestras do discurso com o qual ganhou as eleições: **1.** Enfrentar com seriedade e inteligência o desesperador problema da “segurança” pessoal e resolver o embaraçoso incesto posto a nu pela Lava Jato. **2.** O cumprimento do artigo 173 da Constituição, onde se afirma que a “exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei”, o que dá suporte às privatizações. As missões foram entregues, respectivamente, a Sérgio Moro e a Paulo Guedes, dois obstinados e inteligentes operadores.

Por outro lado, circulam sugestões na área de comércio exterior que são puras fantasias. Precisamos mesmo voltar a nos abrir para o exterior e reconectar

nossa indústria às cadeias globais de valor, mas com ponderação e firmeza. Lembremos, desde logo, que “vantagem comparativa” não é destino. Principalmente num país com 210 milhões de habitantes e renda média que pode abrigar economias de escala em muitos setores.

**O Brasil já fez isso** com o programa “Exportar é o que importa”, a partir de 1967, com: **1.** Uma reforma das tarifas efetivas. **2.** Um *draw-back* verde-amarelo que tornava livres e ágeis as importações de insumos para produtos exportados. **3.** O financiamento de exportação rápido e com taxas de juro iguais às externas. **4.** A devolução de todos os impostos que oneram a exportação (até mesmo os impostos menores, como o IPTU). **5.** Uma taxa de câmbio estável e competitiva. Hoje ela pode ser a do mercado, enquanto a taxa de juro real interna for igual à taxa de juro real externa somada ao risco Brasil.

A relação entre o valor das exportações industriais brasileiras e o valor das exportações industriais do mundo cresceu a 15% ao ano entre 1967 e 1980, quando a indústria nacional era a mais sofisticada dos países emergentes. De meados dos anos 80 até hoje, ela decresce a cerca de 1,2% ao ano. Esse é o verdadeiro índice da nossa desindustrialização. É, basicamente, o resultado da cuidadosa desmontagem do programa de exportação e da insistência numa taxa de câmbio valorizada (à custa de indecentes taxas de juro reais internas), para combater a inflação, que praticamos nas últimas três décadas. •

[colunistas@cartacapital.com.br](mailto:colunistas@cartacapital.com.br)